

DE TUCÍDIDES A GUICCIARDINI

FACTORES PERENES DO REALISMO

EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

E A ASCENSÃO DOS NOVOS COLOSSOS ASIÁTICOS

Luís Lobo-Fernandes

FRAGMENTAÇÃO, PROBABILIDADE DE GUERRA E AS TEORIAS DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Fragmentação e volatilidade do sistema mundial de poderes são características marcantes do ciclo internacional pós-Guerra Fria, ainda que associadas contemporaneamente à existência de uma única superpotência e à condição unipolar¹. Segundo Parsi, é possível descortinar, a par do subsistema ocidental *latu sensu*, três subsistemas cuja «promessa» de manter a paz interna e a impossibilidade de guerra como um instrumento para resolver controvérsias, soa mais a uma «declaração de princípios» do que a uma efectiva expectativa realista². Em particular, no continente asiático – o subsistema internacional que mais relembra a Europa da balança de poder do século XIX – a guerra entre rivais estratégicos (China, Índia, Japão e Rússia), embora não represente um cenário de curto prazo, não é de toda uma impossibilidade. Na Ásia de hoje, exactamente como se costumava verificar no século XIX europeu, a ideologia joga um papel totalmente marginal na determinação do estado das relações entre as quatro principais potências. Para além dos subsistemas ocidental e asiático, os outros subsistemas são, respectivamente, o grande Médio Oriente e a África subsariana. O subsistema ocidental, pacificado, fundado na democracia e no mercado livre, mostra uma elevada densidade institucional. Ao contrário, o Médio Oriente, muito volátil, evidencia em muitos planos padrões pré-vestefalianos, onde a acção política é justificada por motivações de cariz religioso. A África, por seu turno, é um espaço ainda marcado por uma progressiva «degradação política»³.

As dinâmicas da balança de poder têm caracterizado praticamente toda a história do sistema vestefaliano de estados, e constituem, *a fortiori*, a dinâmica principal das relações internacionais ao longo dos últimos trezentos e sessenta anos. Segundo Robert Stewart Castlereagh, ministro dos Negócios Estrangeiros de Inglaterra entre 1812 e 1822, a balança de poder «significa a manutenção de um certo equilíbrio entre os membros da família das nações de modo a evitar que qualquer uma delas se torne excessivamente poderosa e possa impor a sua vontade sobre as restantes»⁴.

A confirmação, ao longo do tempo, de manifestações correlacionadas com a lógica de *balancing* entre os estados permitiu o estabelecimento de uma teoria da balança de poder, naquela que é porventura uma das formulações teóricas realistas mais robustas em Relações Internacionais, verificável e testável. Como aponta Sheehan (2000, 8)

A teoria da balança de poder vê a sociedade internacional como fundamentalmente desigual. Mas esta desigualdade básica entre estados pode ser balanceada, isto é, cada Estado pode ser condicionado por todos os outros de forma a prevenir a hegemonia, permitindo assim manter a sua identidade, integridade e independência, e porventura impedir a agressão e a guerra.

Deve-se, contudo, notar que situações de equilíbrio perfeito são muito escassas dado que a distribuição de poder entre os componentes do sistema é desigual. As relações internacionais são fundamentalmente assimétricas. Daí que a imagem de *balança* de poder seja preferida à noção de *equilíbrio*. Por outro lado, a própria noção de *balança* sugere movimento e variação, dinâmicas muito mais interessantes na construção de uma racionalidade internacional.

PLURALISMO METODOLÓGICO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

O domínio das Relações Internacionais é marcado por crescente complexidade e por uma grande amplitude de problemáticas, onde o exercício de sistematização é especialmente exigente e árduo dada a diversidade de variáveis (quer no plano interno quer no plano externo aos estados). O estudo sistemático das dinâmicas internacionais requer e exige um conhecimento aprofundado dos dilemas, princípios, conceitos, e sistemas de racionalidade que distinguem esta área enquanto domínio científico autónomo. Ora, a organização da aparente desordem e desconexão dos eventos internacionais, e a construção das problemáticas, são substancialmente melhoradas através do conhecimento dos vários modelos teóricos que lhes conferem significado, ligação e coerência interna, e propiciam patamares de compreensão superiores (no sentido weberiano).

A QUESTÃO DE COMO ESTUDAR RELAÇÕES INTERNACIONAIS ENVOLVE GENERICAMENTE O MESMO DEBATE EPISTEMOLÓGICO E METODOLÓGICO QUE SE PODE VERIFICAR EM TODAS AS CIÊNCIAS HUMANAS.

A questão de *como* estudar relações internacionais envolve genericamente o mesmo debate epistemológico e metodológico que se pode verificar em todas as ciências humanas. Tal debate centra-se nos métodos que devemos usar na investigação dos fenómenos sociais. A escola clássica com ori-

gem longínqua na filosofia de Platão inclui o método descritivo-histórico tão familiar da riquíssima e vasta literatura das humanidades, assente sobretudo numa estratégia dedutiva com um enfoque qualitativo e «normativo». Neste plano, as teorias e a lógica ilustram o uso da dedução para gerar hipóteses; deduzir implica justamente «extrair»

um argumento ou proposição de um sistema de racionalidade (ou seja, de um arquétipo teórico) e ponderar as suas conclusões lógicas perante casos particulares ou ocorrências. A dedução vai, assim, do geral para o particular. Nos últimos cinquenta anos, contudo, outra perspectiva tem captado grande atenção: o empirismo com uma ênfase no método indutivo que se fundamenta na experiência como fonte do conhecimento. Emergiu, pode dizer-se, de alguma insatisfação – senão mesmo cepticismo – com o método tradicional, privilegiando em grande medida o manuseamento de dados quantitativos. A estratégia indutiva assenta na observação e na construção de hipóteses a partir de casos particulares que permitirão eventualmente produzir generalizações⁵. A indução move-se, pois, do particular para o geral. Reflecte, por outro lado, uma admiração pelos métodos usados nas chamadas ciências «duras» conferindo grande importância à própria configuração da investigação, e aspira, tanto quanto possível, à medição dos fenómenos utilizando preferencialmente recursos quantitativos e métodos estatísticos. Convirá referir que certos aspectos das estratégias indutivas e quantitativas podem ser referenciados já em Tucídides, no próprio Platão, e em Aristóteles, e mais tarde no iluminismo, onde Hermann Conring (1606-1682) e a sua *Estatística* elaborada para as universidades é expressão cimeira. Deve sublinhar-se mesmo o extraordinário pioneirismo empírico de Conring no domínio específico das Relações Internacionais; segundo Kirkpatrick, o autor mostrava-se sobremaneira interessado em organizar factos e eventos de forma a compreender as relações internacionais⁶. Em todo o caso, é sobretudo a partir de 1928, com o trabalho precursor de Stuart Rice, *Quantitative Methods in Politics* (Nova York: Alfred A. Knopf), que começaria a haver um interesse mais sistemático pela aplicação dos métodos quantitativos às ciências políticas.

Diria que afortunadamente para as ciências sociais – e também para crédito dos cientistas políticos – esta diferenciação está em parte resolvida; ao invés de serem consideradas mutuamente exclusivas, as duas metodologias são agora geralmente tidas como complementares⁷. O exigente estudo dos complexos eventos e dinâmicas internacionais não permite, por maioria de razão, que apartemos qualquer destas configurações metodológicas e de investigação; como cada observador ou investigador «pesa» as diferentes estratégias de pesquisa e análise dependerá da escolha do método. As ciências sociais são caracterizadas pelo carácter plural, fragmentado e, até, contraditório dos seus sistemas de racionalidade pelo que retemos, *ab initio*, o pluralismo metodológico como orientação fundamental no esforço de intelecção das relações internacionais. Refiro-me, mais especificamente, ao pluralismo enquanto expressão das várias perspectivas epistemológicas do sistema internacional que cumpre considerar no exercício analítico, mas também como dado referente à pluralidade de actores internacionais e à multiplicação dos tipos de relações que daí advêm⁸. Por outro lado, a mera valorização dos factores de *continuidade versus* o sublinhar dos factores de *mudança* nas relações internacionais – sendo ângulos de análise antitéticos – seria bastante para mostrar que «não existe» uma teoria unificada do campo internacional. Não

obstante, a ambição de produzir uma teoria geral das relações internacionais não está ausente do panorama deste domínio do conhecimento; a teoria sistémica de Kenneth Neal Waltz (1979) – designada de «realismo estrutural» – é a que mais se aproximaria desse desiderato, pois articula três proposições muito simples e eficazes sobre os mecanismos de funcionamento do plano internacional propriamente dito.

O SISTEMA VESTEFALIANO: ENTRE A PAZ ARMADA E AS GUERRAS NACIONAIS

Como é reconhecido, os tratados de Vestefália de 1648 assinados entre as principais potências europeias nas cidades de Münster e Osnabrück, marcaram, por um lado, o abandono de uma ideia definida pela estrutura hierárquica da sociedade internacional sob a autoridade do Papado, e, por outro, a emergência de um novo sistema caracterizado pela coexistência de uma multiplicidade de estados que passaram a deter soberania plena sobre cada um dos seus territórios⁹. Muitos especialistas localizam a génese do sistema moderno de estados nas noções de territorialidade e de centralização do poder. John Herz, entre outros, liga mesmo a introdução da pólvora na Europa e a consequente capacidade de fazer fogo-à-distância nos finais da Idade Média à génese do Estado territorial¹⁰; esta tecnologia de guerra teve como efeito imediato a deslocalização da primeira linha de defesa, até então feita nas ameias dos castelos, para o limite exterior dos territórios ou das possessões. Por outro lado, segundo Cicely Veronica Wedgwood¹¹, Vestefália marca um ciclo específico da história europeia, marcando um corte entre o período das guerras religiosas e o das guerras nacionais, ou seja, distinguindo a fase das guerras ideológicas da das guerras de mera agressão. O sistema internacional vai doravante ser definido fundamentalmente pela *balança de poder* entre os estados, pelas variações nessa balança de poder ao longo do tempo, e, também, pelo consenso entretanto gerado sobre o próprio sistema de estados soberanos¹². Cumpre igualmente mencionar Nicolas Oresme, um intelectual notável do século XIV, que – sintetizando de forma premonitória as condições políticas que, no seu ajuizamento, iriam prevalecer no emergente cenário europeu de maior fragmentação territorial – definiu o sistema internacional como de *paz armada*. Ganha assim nitidez uma maior atomização da

arena internacional, definida pelo conceito fundamental de anarquia, uma noção que indica a ausência de uma entidade ou autoridade superior à soberania dos estados. Em tais condições, a paz é tendencialmente precária e depende da manutenção da balança de poder; configura-se, pois, como um «subproduto» do sistema internacional.

O ESTUDO CIENTÍFICO DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS TEM-SE CENTRADO EM GRANDE MEDIDA NO ESFORÇO DE RACIONALIZAÇÃO DAS DINÂMICAS DE PODER E NAS HIPÓTESES DE TRABALHO ASSOCIADAS AO CHAMADO SISTEMA VESTEFALIANO.

Com efeito, o estudo científico das relações internacionais tem-se centrado em grande medida no esforço de racionalização das dinâmicas de poder e nas hipóteses de trabalho associadas ao chamado sistema vestefaliano, ou seja, ao moderno sistema de estados; o sistema internacional configura-se, assim, como um meio de poder por exce-

lência, sendo essa condição geral provavelmente o principal elemento da própria autonomia disciplinar. Procura-se, pois, compreender a natureza fundamental da acção dos estados no jogo de poder internacional (*power politics*) e as relações entre aquelas unidades analíticas; daí que, originariamente, o próprio termo *relações internacionais* explicita sobretudo o campo do relacionamento interestadual ou intergovernamental, o mesmo seria dizer, o espaço das relações formais entre estados. Em rigor, o termo *internacional*¹³ emerge no período em que os estados marcavam de modo quase absoluto a arena das relações externas.

PARA UMA GENEALOGIA DA BALANÇA DE PODER: A CONSTRUÇÃO DA TEORIA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS EM TUCÍDIDES E EM GUICCIARDINI

O MÉTODO DE TUCÍDIDES E O ESTABELECIMENTO DE UMA CIÊNCIA DO FENÓMENO POLÍTICO INTERNACIONAL

Tucídides (455 a. C.-399 a. C.?) escreveu a *História da Guerra do Peloponeso* (também conhecida pelo título *Os Oito Livros da Guerra do Peloponeso*) aspirando sempre a um grande rigor analítico. Nesse sentido, escreveu história científica e não imaginação literária. Ao invés de Heródoto, de outros antecessores, e até de muitos eruditos ulteriores, Tucídides não introduz princípios metafísicos ou religiosos para explicar a acção das lideranças políticas e o comportamento das cidades-estado helénicas. Referenciado frequentemente tanto como o revelador da ciência política como o «pai» da história, ele não se preocupou apenas em descrever uma sucessão de eventos; a sua «história» traduz indagação e não mera descrição ou apontamento dos factos. Configura uma estratégia indutiva assente em mais inquirição, pretendendo alcançar um patamar de *explicação* superior (enquanto tipo específico de conhecimento político). Os acontecimentos que analisa são apresentados de forma precisa, em ordem cronológica e com grande sobriedade. O enquadramento das circunstâncias que levaram à guerra entre Atenas e Esparta, os dois colossos ao tempo, é delineado de forma crítica procurando determinar as causas mais profundas dessas ocorrências e o *porquê* das suas resultantes.

Reconhecidamente, em Tucídides não era o «destino» ou algo exterior aos homens que fazia mover a história, antes a sua acção e os seus interesses. Como assinala Jacqueline de Romilly, para Tucídides é a *regra do interesse* entre estados que determina a hierarquia dos factores, convidando os seus leitores a ver algo de mais profundo e permanente na arena política¹⁴. Segundo Charles Norris Cochrane (1889-1945) – um dos grandes classicistas do século XX, professor da Universidade de Toronto – num trabalho fundamental intitulado *Thucydides and the Science of History*, publicado em Oxford no ano de 1929, «em Tucídides vemos não só a descodificação sistematizada da luta pelo poder, mas a própria génese da análise científica das relações internacionais». Cochrane refere, em especial, que Tucídides era um cientista na exacta medida em que procurou uma ciência positiva extirpada da cosmologia, adiantando mesmo que,

enquanto filho de médico¹⁵, adaptara os princípios e os métodos da medicina de Hipócrates à interpretação da história. Na capa da primeira edição da mencionada obra de Cochrane pode ler-se:

O autor oferece uma nova interpretação de Tucídides à luz da literatura médica e biológica do século V a. C. Ele traça em especial a inspiração do historiador desde Hipócrates, e mostra com grande eficácia que a aplicação daqueles princípios ao estudo da sociedade constitui a originalidade imediata de Tucídides e a sua reivindicação a ser olhado como um historiador genuinamente científico.

Em especial, o conflito entre os gregos que alastraria a todo o mundo helénico incluindo a Sicília – alvo do «bisturi» rigoroso de Tucídides – foi descrito de forma meticulosa. O autor circunstanciou criteriosamente as operações militares, as negociações políticas, e as alianças e os tratados que directa ou indirectamente influenciaram a evolução dos acontecimentos. A sua história é universalmente reconhecida como um modelo de clareza e concisão, sendo Tucídides considerado por muitos o «primeiro» dos grandes cientistas sociais. Profundamente céptico, afasta quaisquer explicações moralistas ou superficiais sobre a causa da guerra entre os helénicos no período subsequente à derrota dos persas, derivando daí proposições empíricas duradouras sobre as dinâmicas interestaduais. Como observou de forma especialmente marcante Halle,

Tucídides era e é relevante porque a sua história demonstra que, apesar da alteração das circunstâncias, a natureza humana permanece imutável. Os ensinamentos de Tucídides a respeito das causas da guerra, as debilidades da democracia e o resvalamento do sentido de Estado para a demagogia, a deterioração da moral durante os tempos mais exigentes, e os impactos internos dos conflitos prolongados, tudo isso releva do carácter universal e intemporal da condição humana.¹⁶

E, como acrescenta Bagby (2000, 27)

Ele olhou para a diversidade da evidência à sua disposição e tentou dar-lhe ordem e função. Embora tivesse plena consciência que os eventos da Guerra do Peloponeso não se repetiriam exactamente, ele sugere não obstante que a sua investigação se manteria útil, em verdade, um «paradigma para sempre».

O contributo de Tucídides para a compreensão das dinâmicas interestaduais pode considerar-se deveras excepcional¹⁷. A observação que empreendeu sobre as circunstâncias das crises que levariam à Guerra do Peloponeso implicou a descoberta de padrões específicos no relacionamento entre as cidades-estado da Grécia da época. Segundo Tucídides, as relações entre entidades autónomas (estados) constituem, em si mesmo,

um sistema (que eu designo de proto-internacional) caracterizado pela luta permanente pelo poder¹⁸. Este sistema, caracterizado pela ausência de uma instância superior aos estados – definido pela condição de anarquia –, faz depender em primeiro lugar a sobrevivência destas entidades do seu poder relativo e da capacidade própria. Mas, o incremento excessivo do poder de um Estado pode criar um problema de insegurança a terceiros – geralmente referido no contexto das teorias das Relações Internacionais como *dilema de segurança* –, pelo que a estabilidade do conjunto está correlacionada com a balança de poder, isto é, com algum equilíbrio no sistema. É também em função desta preocupação com a questão do «equilíbrio», e com a necessidade de prudência e proporcionalidade no uso da força que o realismo de Tucídides é considerado especialmente sofisticado. O extraordinário Diálogo de Melos, entre os atenienses e os habitantes da pequena ilha de Melos, em 416 a. C. – relatado por ele no livro V, 84-116 – integra mesmo algumas das mais notáveis observações da história da ciência política. O uso exacerbado da força e o subsequente massacre de Melos pela armada ateniense prenunciara, segundo Tucídides, a derrota de Atenas em 404 a. C.¹⁹

Na reflexão sobre as causas da guerra entre os gregos que colocou frente a frente Esparta e Atenas, Tucídides considera que foi o rompimento da balança de poder – em tese geral a mera percepção ou convicção desse rompimento pode ser suficiente para desencadear uma reacção – que levou Esparta a declarar guerra a Atenas. Ou seja, não são tanto, por exemplo, as obrigações decorrentes da aliança com Corinto, ou os termos do tratado de paz em vigor (assinado em 445 a. C.), que «impelem» Esparta a entrar em guerra, mas sobretudo a forte probabilidade de a balança de poder desequilibrar-se a favor de Atenas. É, em suma – como refere o próprio autor –, o medo de desvantagem em relação ao crescimento do poder ateniense que leva Esparta a agir e a atacar²⁰. Tucídides afirma na famosa declaração do livro I, 23, que é, segundo Romilly²¹, «um dos mais extraordinários expoentes de inteligência política» em busca das «causas profundas» da guerra:

O acontecimento mais importante dos tempos passados foi a guerra com os persas, e todavia ela foi prontamente decidida em dois combates navais e duas batalhas terrestres. Mas a guerra do Peloponeso estendeu-se por longo tempo, e no seu curso a Hélade sofreu desastres como jamais houvera num lapso de tempo comparável. Nunca tantas cidades foram capturadas e devastadas, algumas pelos bárbaros, outras pelos próprios helenos combatendo uns contra os outros, enquanto algumas, após a captura, sofreram uma mudança total de habitantes.

E, acrescentou,

Todos esses desastres, na verdade, ocorreram simultaneamente com a guerra, e ela começou quando os atenienses e peloponésios romperam a trégua de trinta anos, concluída

entre eles após a captura da Eubéia. As razões pelas quais eles a romperam e os fundamentos de sua disputa eu exporei primeiro, para que ninguém jamais tenha de indagar como os helenos chegaram a envolver-se em uma guerra tão grande. A explicação mais verídica, apesar de menos frequentemente alegada, é, em minha opinião, que os atenienses estavam tornando-se muito poderosos, e isto inquietava os lacedemônios [espartanos], compelindo-os a recorrerem à guerra [itálico nosso].²²

Romilly sustenta, ainda, que

[o] método de Tucídides consiste com efeito numa objectividade dirigida. Ele diz as coisas com rigor. Ele apresenta os factos que lhe parecem úteis. Mas ele classifica, ele subordina, ele organiza. [...] Ora, no carácter metuculoso dos seus procedimentos, a hierarquia constitui um meio essencial. Esta hierarquia permite ir do verdadeiro ao «mais verdadeiro»; e o princípio é bem sublinhado pela célebre distinção estabelecida no capítulo I, 23 do seu livro, entre a «causa mais verdadeira» da guerra e os motivos ou diferendos que lhe estão associados [itálico nosso].²³

A análise de Tucídides configura, pois, um contributo único para o estudo da causalidade da guerra, e para o estabelecimento de uma ciência do fenómeno político.

A POLÍTICA DO ESTADO É AMORAL E BASEIA-SE NO JOGO DE INTERESSES CUJO NEXO FUNDAMENTAL É ILUSTRADO PELA CONHECIDA IMAGEM DE SOMA NULA.

O realismo político – patente em Tucídides – é, assim, definido pela lógica da luta permanente pelo poder, o primeiro objetivo interno e externo de cada Estado. A política do Estado é amoral e baseia-se no jogo de interesses (mutuamente exclu-

sivos), cujo nexo fundamental é ilustrado pela conhecida imagem de soma nula. Como Sheenan observa,

A teoria da balança de poder está intimamente em linha com a imagem tradicional, realista, das relações internacionais. A missão do estadista é identificar e dar primazia aos interesses nacionais de acordo com as circunstâncias. Dado que a anarquia internacional joga contra a estabilidade e a segurança no longo prazo, os Estados encorajarão em princípio os sistemas de balança de poder, de forma que em termos absolutos a sua segurança, estabilidade, poder e influência possa ser mais eficazmente melhorada (2000).

GUICCIARDINI E A RAZÃO DE ESTADO

O termo *ragion di stato* (razão de Estado), difundido em títulos de livros e panfletos por toda a Europa a partir de 1589, foi usado pela primeira vez por um grande politólogo italiano – contemporâneo de Maquiavel – Francesco Guicciardini (1483-1540)²⁴. Guicciardini, amigo e também crítico de Maquiavel, foi um dos mais prestigiados pensa-

dores da Itália renascentista, homem de Estado, diplomata e historiador. É mesmo considerado o fundador dos modernos estudos de História, devido ao uso alargado de documentos governamentais que utilizou na sua *História de Itália*, a obra mais conhecida. Note-se que, ulteriormente, outro intelectual italiano, Giovanni Botero, veio mesmo a publicar, em 1589 (cerca de cinquenta anos depois da morte de Guicciardini), uma obra intitulada *Ragion di Stato*²⁵. Guicciardini estudou em profundidade Tucídides, explorando com particular acuidade a história das alianças, a diplomacia e a guerra, para melhor compreender a sua própria época, sendo responsável por, de alguma forma, «reapresentar» Tucídides ao Ocidente. Guicciardini foi especialmente importante ao introduzir a ideia de que os estados operam como parte de um «sistema», aliás, na linha de investigação já observada por Tucídides. Sheehan (2000, 31), de forma enfática, sublinha que tal representava um grande passo em frente na teoria internacional. Em especial,

Guicciardini notou que o sistema internacional operava efectivamente no sentido de manter um equilíbrio geral no qual *todos* [itálico no original] os estados se vigiavam mutuamente, prevenindo qualquer um deles de dominar a península.

É certo que também Maquiavel se debruçou sobre Tucídides – tendo comentado alguns dos episódios da *Guerra do Peloponeso* –, mas sabe-se que se interessou sobretudo por Tito Lívio. Guicciardini e Maquiavel partilham, não obstante, uma atitude secular em relação aos conflitos políticos, pelo que a sua preocupação é a de aprenderem mais com os exemplos históricos do que com princípios metafísicos. Deve sublinhar-se que, na Europa medieval, Platão e Aristóteles tinham tido mais influência do que Tucídides, e foi sobretudo com Guicciardini – e também com Hobbes e a sua tradução da *Guerra do Peloponeso* para língua inglesa, publicada em 1629 – que Tucídides viria a ser alvo de uma decisiva redescoberta intelectual.

Hobbes (1588-1679), por seu turno, não constitui excepção aos grandes pensadores do seu tempo, analisando principalmente os conflitos civis, isto é, internos. No entanto, mesmo sendo o tema das relações internacionais algo periférico nos seus trabalhos, Hobbes é uma referência da maior importância. Juntamente com Maquiavel, contribuiu para consolidar a «tradição realista». A proposição de partida de Hobbes é que as relações entre estados tomam lugar num estado de natureza que é essencialmente um estado de guerra (um estado de guerra potencial de todos contra todos). Os estados encontrar-se-iam, pois, num estado latente de guerra em função da sua soberania, cujos interesses nacionais são, na sua natureza essencial, exclusivos. A doutrina de Hobbes assenta em três causas: ganho/medo/glória (procura de prestígio), constituindo neste ponto uma «amplificação» de Tucídides. Hobbes segue Tucídides ao tratar o medo – não como uma emoção irracional – mas no sentido da presença da insegurança. Um dos traços do estado de guerra é que as noções de justiça e de injus-

tiça «não têm aí lugar»²⁶; não há, assim, «lei» entre as nações, segundo Hobbes. No contexto da anarquia internacional é a doutrina dos direitos naturais, a saber, a liberdade que cada um tem em sobreviver, que determina as resultantes. Num estado de natureza essa liberdade não tem limites. Esta é a origem da concepção do direito dos estados segundo a qual o direito natural à vida (isto é, à sobrevivência) é a própria razão de Estado (*ragion di stato*).

O MODELO DA BALANÇA DE PODER REVISITADO: PREMISSAS, OBJECTIVOS E MEIOS

O modelo da balança de poder é normalmente estruturado em premissas, objectivos e meios. As assunções incluem a existência de um sistema de estados, a sua relativa homogeneidade, a possibilidade de cálculo de poder, e a partilha de algum consenso sobre o funcionamento do sistema internacional (isto é, a subscrição de princípios de conduta comuns; daí que o aventureirismo em relações internacionais, ou a quebra do consenso por parte de estados-párias – os chamados *rogue states* – seja em regra geral fortemente penalizada).

Os objectivos principais são a sobrevivência dos estados, a manutenção do próprio sistema de estados (na exacta medida em que a sobrevivência de um está correlacionada com a existência do conjunto), e, naquela que é talvez a dinâmica mais importante, evitar a preponderância de um Estado ou grupo de estados.

A teoria da balança de poder considera que os principais meios à disposição das entidades estaduais para assegurarem o essencial do *statu quo* são: vigilância e *intelligence*; alianças internacionais (que são, por natureza, móveis e flexíveis, pois a lógica da balança compele os estados a mudar de coligação quando a origem da preponderância ou a origem da ameaça muda); sanções económicas e outras; e guerra limitada para objectivos limitados (na medida em que o recurso à guerra visa repor a balança de poder). O modelo também reconhece a existência de *balancers*, isto é, de estados que são nucleares na organização do esforço de contrariar a preponderância. Historicamente, foi sobretudo a Inglaterra a corporizar esse papel no sistema vestefaliano no contexto de várias crises europeias²⁷. No caso da Ásia de hoje, são os Estados Unidos

que desempenham esse papel determinante (aliás, com o beneplácito quase generalizado, embora não confessado, das potências asiáticas)²⁸. Neste sentido, a balança de poder é não só uma teoria das

A BALANÇA DE PODER É NÃO SÓ UMA TEORIA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS, MAS TAMBÉM UMA POLÍTICA À DISPOSIÇÃO DOS ESTADOS.

Relações Internacionais, mas também uma política à disposição dos estados. A teoria tem, pois, um carácter empírico – à *double sens* – que tem sido testada historicamente. Hans J. Morgenthau é possivelmente não só o mais conhecido realista do século XX, mas também um dos autores-chave deste enunciado teórico que marcou profundamente toda uma geração de especialistas de Relações Internacionais, bem como muitos decisores no campo da política externa (Henry Kissinger será talvez o exemplo

mais interessante). O seu trabalho *Politics among Nations: The Struggle for Power and Peace*, publicado pela primeira vez em 1948, é uma das expressões mais ambiciosas de desenvolver uma teoria geral das relações políticas internacionais baseada numa visão pessimista da natureza humana e no jogo puro de poder. As dinâmicas de poder a nível internacional delimitam o objecto de estudo, sendo o elemento principal da própria autonomia disciplinar das Relações Internacionais. O argumento realista articulado por Morgenthau postula, aliás, a «objectividade» das leis que regem a política, singularizando em especial a noção de interesse seguindo o critério de Tucídides: o conceito de interesse é uma categoria com valor universal, independente do espaço e tempo, pelo que o autor admite a possibilidade de desenvolver uma teoria geral mesmo que de modo imperfeito. Segundo o autor, três padrões recorrentes marcaram a acção dos estados no sistema internacional: balança de poder, imperialismo e políticas de prestígio.

NOTA DE CONCLUSÃO

A obra pioneira de Tucídides, bem como o notável contributo de Guicciardini, revelaram a existência de dinâmicas associadas às relações entre estados marcadas por padrões específicos que configuram alguma regularidade. O comportamento dos estados é fortemente condicionado pelas características intrínsecas de um sistema com especificidades próprias assente em três grandes noções: anarquia internacional, dilema de segurança e balança de poder²⁹. Na questão mais geral dos conflitos internacionais, a teoria da balança de poder traz uma clarificação importante na medida em que define a guerra como um meio à disposição dos estados, ainda que um meio com objectivos limitados. Em todo o caso, a guerra não é vista no contexto das relações internacionais como algo intrinsecamente reprovável, antes configura um dos mais importantes instrumentos dos estados para assegurarem o seu poder relativo e, em última instância, a sobrevivência.

A balança de poder constitui um mecanismo fundamental para a manutenção dos estados num sistema internacional caracterizado pela anarquia, ainda que *madura*³⁰, e é, porventura, como assinalámos, uma das hipóteses mais fortes do realismo. O modelo teórico sugere que em caso de ruptura da balança de poder, a probabilidade de guerra é máxima³¹. O padrão emergente na Ásia contemporânea, que merece um acompanhamento doravante mais atento, parece validar esta hipótese. Rd

- 1 Cf. LOBO-FERNANDES, Luís – «Em torno da questão da repartição de poderes entre a União Europeia e os estados-membros em matéria de política externa». In *Negócios Estrangeiros*. N.º 11.1, Julho de 2007, pp. 36-54.
- 2 Cf. PARISI, Vittorio Emanuele – «Europe and America: still an inevitable alliance?», in EVANGELISTA, Matthew, e PARISI, Vittorio Emanuele (eds.) – *Partners or Rivals? European-American Relations after Iraq*. Milão: Vita & Pensiero, 2005, pp. 24-25.
- 3 *Ibidem*, p. 25.
- 4 Citado in JOHARI, J. C. – *International Relations and Politics (Theoretical Perspective)*. Nova Deli: Sterling Publishers Private Limited, 1985, p. 226. O visconde de Castle-reagh (1769-1822) – posteriormente segundo marquês de Londonderry – é considerado um dos mais brilhantes ministros dos Negócios Estrangeiros da história britânica, cujo prestígio e ascendência pessoal nas relações internacionais é equiparado a Marlborough. A sua acção foi especialmente intensa na condução da grande aliança contra Napoleão, que acabaria com o «problema francês». De igual modo, foi um dos grandes protagonistas do Congresso de Viena que literalmente redesenhou o mapa da Europa.
- 5 O grau de generalização reporta-se à validade externa de uma teoria. Por seu turno, a validade interna é definida pela qualidade conceptual.
- 6 Cf. KIRKPATRICK, Samuel. A. – *Quantitative Analysis of Political Data*. Columbus, Ohio: Charles E. Merrill Publishing Company, 1974, p. 4. Cf., em especial, a parte sobre «The evolution of quantitative political science», pp. 3-14.
- 7 Cf., por exemplo, KING, Gary, KEOHANE, Robert O., e VERBA, Sidney – *Designing Social Inquiry: Scientific Inference in Qualitative Research*. Princeton: Princeton University Press, 1994.
- 8 Destaca-se o papel e a acção dos chamados actores transnacionais (*mixed actors*), como factores de explicação da mudança internacional. Cf. LOBO-FERNANDES, Luís – «A metamorfose do sistema vestefaliano e o domínio teórico das Relações Internacionais: alguns desafios metodológicos». In *Nação & Defesa*. N.º 110, 3.ª série, Primavera de 2005, pp. 33-44.
- 9 WEDGWOOD, Cicely Veronica – *The Thirty Years War*. Nova York: Anchor Books, Doubleday & Company, Inc., 1961. Este clássico de Wedgwood é geralmente considerado como o grande trabalho de referência sobre a Guerra dos Trinta Anos.
- 10 HERZ, John – «Rise and demise of the territorial state». In *World Politics*. 9, Julho de 1957, pp. 473-493.
- 11 WEDGWOOD, Cicely Veronica – *The Thirty Years War*, p. 505.
- 12 Cf., por exemplo, LUARD, Evan – *The Balance of Power: The System of International Relations, 1648-1815*. Nova York: St. Martin's Press, 1992, e GULICK, Edward Vose – *Europe's Classical Balance of Power: A Case History of the Theory and Practice of one of the Great Concepts of European Statecraft*. Ithaca, Nova York: Cornell University Press, 1955. Cf. também, SHEEHAN, Michael – *The Balance of Power: History & Theory*. Londres e Nova York: Routledge, 2000.
- 13 É atribuída a Jeremy Bentham a primeira referência expressa ao termo *internacional*.
- 14 Cf. ROMILLY, Jacqueline de – *La Construction de la Vérité chez Thucydide [Conférences, Essais et Leçons au Collège de France]*. Paris: Julliard, 1990, p. 41.
- 15 O pai de Tucídides, Oloro, pertencia à mais elevada aristocracia ateniense.
- 16 Louis Halle, citado por BAGBY, Laurie M. Johnson – «Fathers of International Relations? Thucydides as a model for the twenty-first century», in GUSTAFSON, Lowell S. – *Thucydides' Theory of International Relations: A Lasting Possession*. Baton Rouge, Louisiana: Louisiana State University Press, 2002.
- 17 O trabalho de Donald Kagan da Universidade de Yale, *On the Origins of War and the Preservation of Peace* (1995) e *The Peloponnesian War* (2004) é um complemento importante para o estudo de Tucídides. O interesse do contributo de Kagan é amplificado por contemplar uma reflexão mais abrangente sobre a natureza da guerra, e como espaço privilegiado de intelecção da conflitualidade nas relações internacionais.
- 18 As propriedades sistémicas ou interdependentes são marcadas por uma elevada probabilidade de covariância entre os componentes de um mesmo sistema.
- 19 Sobre a questão da proporcionalidade no uso da força e sobre o episódio de Melos, cf. WALZER, Michael – *Just and Unjust Wars: A Moral Argument with Historical Illustrations*. Nova York: Basic Books, 1977 (cf., em particular, «The Melian Dialogue», pp. 5-13).
- 20 Como refere Joseph S. Nye, reportando-se à Guerra do Peloponeso: «This is a dramatic and powerful story. What caused the war? Thucydides is very clear. After recounting the various events in Epidamnus, Corcyra, and so forth, he said that those were not the real causes. What made the war inevitable was the growth of Athenian power and the fear this caused in Sparta» [cf. NYE, Joseph S. – *Understanding International Conflicts: An Introduction to Theory and History*. Nova York: Harper Collins Publishers, 1993, p. 11]. Cf. também GULICK, Edward Vose – *Europe's Classical Balance of Power: A Case History of the Theory and Practice of one of the Great Concepts of European Statecraft*.
- 21 ROMILLY, Jacqueline de – *La Construction de la Vérité chez Thucydide [Conférences, Essais et Leçons au Collège de France]*, p. 9.
- 22 Cf. TUCÍDIDES – *História da Guerra do Peloponeso*, 2.ª edição. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1986, pp. 28-29.
- 23 ROMILLY, Jacqueline de – *La Construction de la Vérité chez Thucydide [Conférences, Essais et Leçons au Collège de France]*, p. 41.
- 24 Cf. TULK, Richard – *Hobbes*. Oxford: Oxford University Press, 1989, p. 7.
- 25 Cf. BÓTERO, Giovanni – *Reason of State* (Venice), trans. P. And D. Waley (Londres), 1956.
- 26 Cf. MALCOM, Noel – *Aspects of Hobbes*. Oxford: Clarendon Press, 2002. Cf., em especial, o capítulo 13 intitulado, «Hobbes's theory of International Relations». Na excelente discussão que Malcom propicia, o autor refere: «The basic Hobbesian assumption is that there are no objective principles of morality. In the state of nature, before the existence of the civil state, there are [as Hedley Bull puts it] "no legal or moral rules"; [...] for Hobbes, "there can be no effective moral principles in the state of nature" (Charles Beitz), and relationships between sovereign states can only be a matter of "simple amorality" (Stanley Hoffman). This leads in turn to a celebration of power-politics; Hobbes shares Machiavelli's conception of politics as "the practical art of obtaining and preserving state power as an end in itself».
- 27 Cf. o admirável trabalho de TAYLOR, A. J. P. – *The Struggle for Mastery in Europe 1848-1918*. Oxford, UK: Oxford University Press, 1971.
- 28 Cf., por exemplo, SUTTER, Robert G. – *China's Rise in Asia: Promises and Perils*. Nova York: Rowman & Littlefield Publishers, 2005.
- 29 Cf., igualmente, o trabalho de Joseph Nye (*Understanding International Conflicts: An Introduction to Theory and History*. Nova York: Harper Collins Publishers, 1993, e *Compreender os Conflitos Internacionais: Uma Introdução à Teoria e à História*. Lisboa: Gradiva, 2002), que constitui uma excelente introdução à problemática do «dilema de segurança» e da balança de poder.
- 30 Cf., por exemplo, ROCHE, Jean-Jacques – *Théories des Relations Internationales*. Paris: Montchrestien, 1994.
- 31 Um dos estudos de caso mais pungentes na literatura em Relações Internacionais é o da deflagração da I Guerra Mundial, em 1914, que confirma em grande medida a tese do início das hostilidades em função da percepção do rompimento da balança de poder na Europa. Sobre a I Guerra Mundial cf., por exemplo, os trabalhos fundamentais de MILLER, Steven E., LYNN-JONES, Sean M., e EVERA, Stephen Van, (eds.) – *Military Strategy and the Origins of the First World War* (edição revista e aumentada). Princeton: Princeton University Press, 1991, e TUCHMAN, Barbara W. – *The Guns of August*. Nova York: Bantam Books, 1989.

BIBLIOGRAFIA

- DOYLE, Michael W. – *Ways of War and Peace: Realism, Liberalism, and Socialism*. Nova York: W. W. Norton & Company, 1997.
- EVANGELISTA, Matthew, e PARSİ, Vittorio Emanuele (eds.) – *Partners or Rivals? European-American Relations after Iraq*. Milão: Vita & Pensiero, 2005.
- FRANKEL, Benjamin (ed.) – *Roots of Realism*. Londres: Frank Cass, 1996.
- FRANKEL, Benjamin (ed.) – *Realism: Restatement and Renewal*. Londres: Frank Cass, 1996.
- GULICK, Edward Vose – *Europe's Classical Balance of Power: A Case History of the Theory and Practice of One of the Great Concepts Of European Statecraft*. Ithaca, Nova York: Cornell University Press, 1955.
- GUSTAFSON, Lowell S. (ed.) – *Thucydides' Theory of International Relations: A Lasting Possession*. Baton Rouge, Louisiana: Louisiana State University Press, 2002.
- HERZ, John – «Rise and demise of the Territorial State». In *World Politics*. 9, Julho de 1957, pp. 473-493.
- JOHARI, J. C. – *International Relations and Politics (Theoretical Perspective)*. Nova Deli: Sterling Publishers Private Limited, 1985.
- KAGAN, Donald – *The Peloponnesian War*. Londres: Penguin Books, 2004.
- KING, Gary, KEOHANE, Robert O., e VERBA, Sidney – *Designing Social Inquiry: Scientific Inference in Qualitative Research*. Princeton: Princeton University Press, 1994.
- KIRKPATRICK, Samuel A. – *Quantitative Analysis of Political Data*. Columbus, Ohio: Charles E. Merrill Publishing Company, 1974.
- Le Point*. N.º 1793, 25 de Janeiro de 2007 [Jacqueline de Romilly contre les Barbares, pp. 66-67].
- LOBO-FERNANDES, Luís – «O modelo global: espaço de teste da paz e segurança internacionais». In *Nação & Defesa*. N.º 95-96, Outono/Inverno de 2000, 2.ª série, pp. 43-53.
- LOBO-FERNANDES, Luís – «Entre o 11 de Setembro e o 11 de Março: os limites de um mundo globalizado». In *Relações Internacionais*. N.º 4, Dezembro de 2004, pp. 77-87.
- LOBO-FERNANDES, Luís – «A metamorfose do sistema vestefaliano e o domínio teórico das Relações Internacionais: alguns desafios metodológicos». In *Nação & Defesa*. N.º 110, Primavera de 2005, 3.ª série, pp. 33-44.
- LOBO-FERNANDES, Luís – «Em torno da questão da repartição de poderes entre a União Europeia e os estados-membros em matéria de política externa». In *Negócios Estrangeiros*. N.º 11.1, Julho de 2007, pp. 36-54.
- LUARD, Evan – *The Balance of Power: The System of International Relations, 1648-1815*. Nova York: St. Martin's Press, 1992.
- MALCOM, Noel – *Aspects of Hobbes*. Oxford: Clarendon Press, 2002.
- MEARSHEIMER, John J. – *The Tragedy of Great Power Politics*. Nova York: Norton, 2001.
- MILLER, Steven E., LYNN-JONES, Sean M., e VAN EVERA, Stephen, (eds.) – *Military Strategy and the Origins of the First World War* (edição revista e aumentada). Princeton: Princeton University Press, 1991.
- MOHAN, C. Raja – «India and the balance of power». In *Foreign Affairs*. Vol. 85, n.º 4, Julho-Agosto de 2006, pp. 17-32.
- «Moscou tance Washington mais la menace vient de Pékin». In *Le Figaro*, 28 de Agosto de 2007, p. 12.
- MORGENTHAU, Hans J., e THOMPSON, Kenneth W. – *A Política entre as Nações: A Luta pelo Poder e pela Paz*. São Paulo: Editora Universidade de Brasília, 2003.
- NYE, Joseph S. – *Understanding International Conflicts: An Introduction to Theory and History*. Nova York: Harper Collins Publishers, 1993.
- NYE, Joseph S. – *Compreender os Conflitos Internacionais: Uma Introdução à Teoria e à História*. Lisboa: Gradiva, 2002.
- ROCHE, Jean-Jacques – *Théories des Relations Internationales*. Paris: Montchrestien, 1994.
- ROMILLY, Jacqueline de – *La Construction de la Vérité chez Thucydide*. Paris: Julliard, 1990.
- «Rússia intenta recuperar su papel de gran potencia». In *El País*, 11 de Agosto de 2007, p. 4.
- SHEEHAN, Michael – *The Balance of Power History and Theory*. Londres: Routledge, 2000.
- STRASSLER, Robert B. (ed.) – *The Landmark Thucydides: A Comprehensive Guide to The Peloponnesian War*. Nova York: Touchstone, 1998.
- SUTTER, Robert G. – *China's Rise in Asia: Promises and Perils*. Nova York: Rowman & Littlefield Publishers, 2005.
- TAYLOR, A. J. P. – *The Struggle for Mastery in Europe 1848-1918*. Oxford, UK: Oxford University Press, 1971.
- THUCYDIDES – *History of the Peloponnesian War*. Londres: Penguin Books, 1972.
- THUCYDIDES – *History of the Peloponnesian War*. Londres: Everyman, 1993.
- TUCHMAN, Barbara W. – *The Guns of August*. Nova York: Bantam Books, 1989.
- TUCÍDIDES – *História da Guerra do Peloponeso*. 2.ª edição. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1986.
- TUCÍDIDES – *Historia de la Guerra del Peloponeso*. Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2002.
- TULK, Richard – *Hobbes*. Oxford: Oxford University Press, 1989.
- WALTZ, Kenneth N. – *Teoria das Relações Internacionais*. Lisboa: Gradiva, 2002 (1979).
- WALZER, Michael – *Just and Unjust Wars: A Moral Argument with Historical Illustrations*. New York: Basic Books, 1977.
- WEDGWOOD, Cicely Veronica – *The Thirty Years War*. Nova York: Anchor Books, Doubleday & Company, Inc, 1961.